

ATAS

ATA Nº 22

Ao nono dia de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

Estiveram presentes:

- José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (AQUI HÁ PORTO);
- Cláudia Fernandes Costa (AQUI HÁ PORTO);
- Vasco Pereira Granja (AQUI HÁ PORTO);
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (AQUI HÁ PORTO);
- Ana Paula Dias (AQUI HÁ PORTO);
- Silvia Lopes Soares (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD);
- Carlos Eduardo Lopes de Sousa (PPD/PSD);
- Sara Azevedo Vilela Montenegro (PPD/PSD);
- Ema Gabriela Rodrigues de Sousa Quinto Barcelos (PS);
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS);
- Octávio José Bento Gonçalves (PS);
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS);
- Casimiro António Valente Calisto (CDU);
- Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (CDU);
- Joana Pereira de Magalhães Cruz (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (AQUI HÁ PORTO), substituída por Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (AQUI HÁ PORTO);
- José Miguel Frazão Lello (AQUI HÁ PORTO), substituído por Vasco Pereira Granja (AQUI HÁ PORTO);
- Maria de Fátima Leite Ferreira (AQUI HÁ PORTO), substituída por Ana Paula Dias (AQUI HÁ PORTO);
- José António da Rocha Pinheiro (AQUI HÁ PORTO), substituído por Amândio Fontes (AQUI HÁ PORTO) que não esteve presente e não se fez substituir;
- José Pedro Faria da Fonseca (PPD/PSD), substituído por Carlos Eduardo Lopes de Sousa (PPD/PSD);
- Albino Bruno Silva Ramos não esteve presente e não se fez substituir.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- 1º Secretário - Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (Aqui há Porto)
- 2º Secretário - Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (Aqui há Porto)

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia de Freguesia ordinária, tendo passado à primeira chamada. Passou-se de seguida para o período antes da ordem do dia.

Período antes da ordem do dia:

Tânia Teixeira, na qualidade de membro do público, cumprimentou todos os presentes. Como cidadã da freguesia e residente, venho desta forma elogiar o trabalho da Sra. Presidente de Junta e respetivo Executivo pela proximidade e trabalho prestado, junto dos mais idosos que vivem sozinhos nesta freguesia. Tenho encaminhado vários casos, à Junta de Freguesia, a mesma, tem atendido de imediato às situações complicadas, tendo encaminhado os idosos que vivem sozinhos, assim, combate-se a solidão e exclusão desta população.

Saudação, 51 anos 25 abril e 1º maio

Casimiro Calisto, CDU, hoje enviámos para o e-mail da secretaria uma saudação que se refere a duas datas extremamente importantes: o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Penso que, na explanação que fazemos, está presente toda uma história das situações. Acho que, neste tempo mais difícil que todos vivemos — cá dentro e lá fora —, devemos, cada vez mais, olhar para a nossa situação coletiva e defender os mais vulneráveis. Obviamente, isto tem toda uma génese. Há muitos anos, sabemos que, na parte laboral, havia pessoas que trabalhavam 12 horas por dia, incluindo miúdos de 12 anos que trabalhavam até à noite. Estes direitos conquistados existem porque houve gente que lutou por eles. Portanto, já chegámos a um entendimento com as outras bancadas sobre a parte final que, segundo uma opinião que respeito, poderia até ser bastante mais programática. Mas o fundamental é isto: nós não vivemos sozinhos. Apesar do individualismo que reina na sociedade, quanto mais coletivo for o pensamento — e cada vez mais temos a noção de que somos vulneráveis, descartáveis —, há sempre alguém acima de nós que pode, de um momento para o outro, colocar-nos numa situação mais difícil. Acho que é isto que tem de ser defendido. E o 25 de Abril fez-se para isso: para lutarmos pelos nossos direitos, pela liberdade e para decidirmos em conformidade com as nossas vontades. Portanto, a parte final era que esta Assembleia, reunida hoje, deliberasse saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição — que há pouco tempo celebrou 49 anos — e que esta seja uma base para uma política que sirva os portugueses e o nosso país. E o 1.º de Maio, também: quisemos realçar as conquistas laborais, que muitas vezes são atacadas e que, cada vez mais, devem ser defendidas.

Colocado a votação a Saudação, 51 anos 25 abril e 1º maio:

Aprovado por unanimidade.

ATAS

Francisco Pavão, Presidente da Assembleia de Freguesia, passa-se à leitura dos pontos da ordem de trabalhos, informando que foi pedido pela Sra. Presidente da Junta, Dra. Sofia Maia, que fossem adicionados dois pontos à ordem do dia: o ponto 7, Nomeação de Representante da Assembleia de Freguesia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Ocidental; e o ponto 8, Protocolo de Cedência de Espaço à ANAFRE.

Período da ordem do dia:

Ponto um – Aprovação e votação das atas de assembleia de freguesia de 18 de dezembro 2024 (ata 20) e 23 de janeiro de 2025 (ata 21);

Colocado a votação o ponto um, ata nº20, 18 de dezembro de 2024:

Favor – 11 (3, AHP; 4, PSD; 4, PS; 1 CDU)

Abstenções – 0

Contra – 0

Colocado a votação o ponto um, ata nº21, 23 de janeiro de 2025:

Favor – 11 (3, AHP; 4, PSD; 4, PS; 1 CDU)

Abstenções – 0

Contra – 0

Ponto dois – Aprovação e votação do Relatório Final do júri do Orçamento Colaborativo 2025;

Maria João Nunes, Secretária da junta, cumprimentou todos os presentes. Antes de qualquer coisa, temos de agradecer ao júri que, desinteressadamente, durante todos estes anos, trabalhou para a freguesia e fez um excelente trabalho. Quem sabe como estes processos decorrem sabe que exigem muito trabalho — e, ao longo dos anos, esse esforço foi aumentando, pois passámos a ter cada vez mais concorrentes. Este ano, tivemos 40 entidades a concorrer. Foram 40 propostas analisadas e pontuadas, dentro de todos os prazos, que foram cumpridos em tempo recorde. Este é um ano complicado, como sabem, porque temos de encerrar os processos com muito mais rapidez. Das 40 candidaturas, duas foram excluídas: uma por razões formais — não preencheram corretamente a candidatura, o que era obrigatório — e outra porque pretendia intervir em património da Câmara Municipal. De acordo com o regulamento, esse tipo de intervenção só pode ser realizado com uma autorização especial, que, em princípio, não deve ser concedida. Tivemos uma sessão pública no dia 26 de fevereiro, e esta sala estava completamente cheia. Os projetos foram apresentados. A vontade de quem aqui estava, mesmo sem poder votar, era que todos fossem aprovados, pois eram projetos bons e interessantes para a freguesia. Como sabemos, o valor disponível é limitado e, de acordo com a pontuação do público, bem como a do júri e

os respetivos critérios, alguns projetos foram selecionados e outros não. O que gostaria de dizer, em nome de todo o Executivo, é que este tipo de iniciativa deve continuar, seja qual for o próximo Executivo da Câmara Municipal, pois trata-se de um procedimento que apoia as associações, incentiva a participação da população e contribui para o enriquecimento da freguesia.

Octávio Gonçalves, PS, cumprimentou todos os presentes. Neste ponto está contida a resposta lógica aos projetos inerentes e fundamentados, com valor de matriz social, educacional, cultural e económica, respondendo ao valor das necessidades dos pedidos de apoio. É um sinal da boa colaboração dos nossos fregueses nos diversos setores, apoiando-os na resolução das suas necessidades reais, socioeconómicas e culturais, o que exprime, deste modo, uma amplitude de maior atenção aos nossos fregueses. Deste modo, o PS vai votar a favor.

Casimiro Calisto, CDU, obviamente, a CDU votará a favor. Pessoalmente, vou abster-me de votar, não vou votar, porque faço parte de uma cooperativa que foi contemplada, quer no Orçamento Colaborativo, quer no Fundo de Apoio ao Associativismo.

Colocado a votação o ponto dois:

Favor – 16 (5, PSD; 5,AHP; 4, PS; 1 CDU; 1, BE)

Abstenções – 0

Contra – 0

Ponto três – Aprovação e votação do Relatório Final do júri do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2025;

Miguel Gonçalves, Vogal do Executivo, cumprimentou todos os presentes. Faço das minhas palavras as palavras da minha colega Maria João. Este foi o último processo em que estamos envolvidos, e também tenho a agradecer a cooperação do júri e, também, da Dra. Alexandra Cachucho, que tem sido uma excelente ajuda, mais na parte jurídica e dos concursos em si, o que tem sido muito benéfico para todos. Relativamente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, tivemos 24 candidaturas. Foram todas aceites, portanto, estavam todas dentro daquilo que eram as regras de candidatura, sendo que 15 foram selecionadas e contempladas para apoio. No fundo, está dividido por três grandes eixos: a coesão social, a cultura e animação, e o desporto, sendo que a coesão social foi a que conseguiu mais apoios — 6 candidaturas apoiadas —, seguida da cultura e animação, com 5, e o desporto, com 4. Os valores ficaram distribuídos, um pouco à mesma imagem: a coesão social recebeu um apoio de 64.019,00 €, a cultura e animação, 29.600,00 €, e o desporto, 26.000,00 €. É de reforçar que, realmente, isto é muito importante para as associações. E, à imagem do que a colega disse, esperemos que o próximo Executivo continue a promover este tipo de iniciativas, porque sabemos bem que é uma excelente ajuda.

Cláudia Costa, Aqui Há Porto, cumprimentou todos os presentes. Efetivamente, estes projetos — quer este, quer o anterior — são importantes e merecem a ajuda dos poderes públicos, e houve aqui desejos de continuidade no apoio a estes projetos. Temos noção de que, realmente, por parte deste Executivo, este é o último ano em que estamos aqui. Aproveito para dirigir à Dra. Sofia Maia uma saudação especial — fui mandatária dela com muito gosto. Devo dizer que o que fez ao longo destes anos leva-nos, e a mim especialmente, a estar orgulhosa da minha participação nesta junta de freguesia e neste projeto. No que diz respeito a este ponto em concreto, vamos votar a favor. Quase que estou na posição do Eng.º Casimiro Calisto: vejo, com muito agrado, dois projetos dos quais já fiz parte aqui contemplados. O associativismo é isto mesmo: a envolvimento das pessoas da freguesia. Votaremos a favor, naturalmente.

Albina Pacheco, PS, cumprimentou todos os presentes. Relativamente a este ponto, nada temos a opor, pois sabemos como este apoio é deveras significativo para a comunidade da União de Freguesias, pois possibilita que as associações, coletividades e clubes, como espaços de partilha e convívio salutar, desenvolvem um trabalho de inclusão, nas mais diversas áreas, cultura, desporto e educação, em prol, dos cidadãos, contribuindo para a coesão social da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da vida dos nossos fregueses, assim, iremos votar favoravelmente.

Colocado a votação o ponto três:

Favor – 16 (5, AHP; 5, PSD; 4, PS; 1, CDU; 1, BE)

Abstenções – 0

Contra - 0

Ponto quatro - Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2024;

Nelson Trindade, Técnico de Contas, cumprimentou todos os presentes. As contas de 2024 têm uma novidade. Conforme já tinha dito, vamos ter uma prestação de contas e, pela 1.ª vez, dois resultados. Já analisámos um dos resultados, na questão da incorporação do saldo. Teremos duas óticas: a financeira, onde temos, pela 1.ª vez, um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração das alterações do património, dos fluxos de caixa e os respetivos anexos — um pouco o que se passa com as empresas; e a orçamental, onde vamos ter a demonstração do desempenho orçamental (o antigo fluxo de caixa), as execuções da receita, despesa, planos plurianuais, anexos, mapas — tudo aquilo que nós já tínhamos vindo a analisar. A nível de estrutura de relatório, temos as atividades desenvolvidas como 1.º tema. Temos, depois, uma análise financeira daquilo que é o resultado financeiro e uma análise orçamental daquilo que é o nosso resultado orçamental. Depois, temos anexados os documentos de prestação de contas, os obrigatórios pelo normativo e, também, os que o Tribunal de Contas solicita, incluindo ainda o inventário — que é um dos pontos para apreciação — mas, como o Tribunal de Contas nos solicita, também o anexamos. A nível de contas, como já estivemos a ver, fechámos o exercício de 2024 com uma taxa de execução na receita de 107,65%: 2.273.000,00 €, contra despesas de 1.644.000,00 €. Na despesa, ficámos nos 77,85%. O nosso orçamento inicial, de 1.634.000,00 €, foi corrigido durante o

exercício, finalizando em 2.112.000,00 €. Temos, depois, como principais indicadores: guias de receita emitidas no ano de 2024 — 4.845, mais 1,36%; a nível de compromissos, parece que houve uma diminuição, mas o que se verificou foi uma reorganização interna, a nível de processos. Foi apostado em mais compromissos e, depois, nas faturas consequentes. Porque, se formos a ver, a nível de faturas de fornecedores, temos 3.832 — mais 18,97% do que no ano passado; 3.382 pagamentos efetuados — mais 19,49%; 7.018 atestados emitidos — mais 25%; licenciamento de canídeos — 2.449; inumações — 5.922, mais 17,41%; concessões a nível de cemitério — 2.763, mais 20,74%. Estes são os nossos principais indicadores de atividade. A nível de receita, com uma execução de 107,65%, verificámos que a receita corrente foi ultrapassada em 161.569,00 €. Neste ponto, reforço o que já tinha dito na última assembleia, e que, depois, também vai justificar o nosso saldo financeiro. Neste valor, inclui-se a receita do protocolo dos ringues, que foi recebido pela Câmara nos últimos dias e ainda não foi executado — daí termos esta disparidade na receita corrente, com evidência na parte das transferências e subsídios, em que, no exercício de 2024, tivemos um total de 1.605.562,00€, o que representa 89,39% do nosso orçamento. Vendas de bens e serviços representam 5,80%; a nível de receita fiscal, o IMI representa 3,87%, com 69.429,00€. Nas transferências e subsídios correntes, como podemos ver: administração local, previsão de 840.246,00€, recebimento de 993.493,15€. Aquele protocolo, que foi recebido no final do ano, foi levado em orçamento e, na primeira revisão, esta receita foi anulada, porque já constava no saldo de gerência. Vendas de bens e serviços também acima do que estava orçamentado: 80.542,00€ para 83.675,00€. Aqui estão incluídas as participações de utentes e os serviços relacionados com cemitério, posto CTT e Loja do Cidadão. Despesas — despesa corrente, com uma execução de 98,98%, uma taxa de execução ao nível do que já tem sido feito nos outros anos, que nos dá, mesmo assim, uma variação negativa de 188.000,00€, ou seja, ficaram por gastar 188.000,00€. No cômputo do saldo geral da despesa, o que contribui para uma taxa de execução de 77,85% é a despesa de capital, em que a previsão era de 296.000,00€ e foram apenas pagos 16.825,00€. Despesa corrente: 43,61% do nosso orçamento são despesas com pessoal, que atingem um total de 709.000,00 €. Aquisições de bens e serviços, com um total de 538.000,00€, representam 33,07%. Nas outras despesas correntes, que ascendem a 171.986,00€, está incluído o Orçamento Colaborativo. Orçamento Colaborativo mais as transferências, totalizam verbas na ordem dos 378.000,00 €, com uma percentagem do orçamento na ordem dos 23%. A nível de resultado: primeiro resultado — temos um saldo orçamental de 2024 de 993.204,28 €, sendo que ainda existe um saldo em operações de tesouraria de 10.137,90 €. As nossas disponibilidades — 1.342.012,00 € — vão coincidir com a demonstração do fluxo de caixa. É a única validação que existe entre o resultado orçamental e a parte financeira. A nível de resultados, na vertente financeira (o 2.º resultado), temos um total de rendimentos de 1.674.214,27€. Qualquer cruzamento com a receita vai estar em falta, pelo menos a receita do protocolo dos ringues, que não está aqui considerada como rendimento. Rendimento deferido será reconhecido como rendimento em 2025, quando for executado. Total de gastos: 1.662.731,30 €. Este valor fica acima do que estava orçamentado porque inclui faturas não pagas e previsões, por exemplo, dos subsídios de férias — uma especificação que só é feita a nível da contabilidade financeira. Resultado líquido: 11.482,97€. Neste resultado já estão incluídas as depreciações. A nível da parte financeira, temos esta União com um ativo de 1.386.000,00€. A nível dos bens de ativo imobilizado, estamos a falar de 310.532,00€. Contas a receber: 72.045,00€, onde está incluído o IMI a receber do próximo ano. Fundos patrimoniais: 1.157.000,00€. Contas a pagar: 229.009,00€ — inclui fornecedores e previsão de férias e subsídio de férias. Resultados de 2024: com uma previsão de aquisição de bens

e serviços de 30% do que estava orçamentado, fechámos com 33%. 44% dos nossos resultados resultam das despesas com pessoal. Centro Social da Arrábida: 15% do nosso executado. Serviços administrativos: 46%. Administração Local: 19%. Na Administração Local, dos 74%, estão incluídos 36% em projetos plurais e recreativos; sociais representam 22%. Mais pormenorizadamente: educação, cultura, desporto, social, associativismo e investimento representam 65,99% do orçamentado e 60,90% do realizado, atingindo um total de 996.437,00€, de um total de despesa de 1.644.000,00€. Educação, cultura e desporto: previsão de 268.913,84€, executado 224.835,81€ — 13,67%. O Social ascendeu a 472.775,00€. Associativismo: 282.000,00€. Investimento: 16.825,00€ — 1,02%. Resultados comparativos pelas diversas unidades orgânicas: Administração Local — a despesa corrente atingiu os 812.000,00€, com uma variação, em relação a 2023, de mais 95.000,00€. Nos Serviços Administrativos, mais 67.000,00 €, em ambos os casos justificados, em grande parte, pela variação dos custos com pessoal. Ao dispor para esclarecimentos, passando a palavra à Revisora Oficial de Contas.

Ana Cristina Pinto Ferreira, Revisora Oficial de Contas, cumprimentou todos os presentes. É a 1ª vez que esta união de freguesias tem as suas contas auditadas, isto por força da legislação. Agora, atingiu os limites em que já poderá ter as suas demonstrações auditadas. Aliás, é a 1ª vez que tem as duas vertentes das demonstrações financeiras. Em resultado do trabalho de auditoria, emitimos dois documentos, que penso que terão tido acesso. O 1º, a certificação legal das contas, que tem a ver com as duas vertentes, as duas abordagens, financeira e orçamental, em que, regra geral, é concluído que ambas as demonstrações financeiras apresentam, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação da união de freguesias, com duas pequenas ressalvas. Sendo o primeiro ano, teve que se fazer um levantamento do património inicial. Portanto, não há comparativos relativamente a este resultado de 11.000,00€ que falámos agora. No ano 2023, não se consegue perceber qual teria sido, não temos essa possibilidade e, por isso, há aqui esta limitação mais na apresentação das contas. Quem for ver, há uns números a faltar, o que é normal, por ser no 1º ano. Não como uma reserva nas contas, porque não é isso que está. Está aqui só como uma ênfase, um alerta, que também está escrito nos relatórios. É apenas para chamar essa atenção. Relativamente à parte da contabilidade e gestão, é o próximo desafio que fica aqui para o órgão executivo que entrar, que é começar a desenvolver a parte da contabilidade e gestão, que também passou a ser agora obrigatória. Com esta dimensão, tem muito interesse para a gestão propriamente dita de uma entidade destas. Também terá muito interesse para uma assembleia destas, analisar determinada informação que aquela contabilidade expõe. Mas, efetivamente, tem de ser tudo muito trabalhado e preparado, e não se conseguiu fazer a tempo, até porque é um trabalho que tem que começar logo no início do ano, e não foi possível fazer-se isso. De forma geral, relativamente a tudo o resto, não há qualquer problema. Portanto, não houve qualquer ressalva a fazer relativamente a estas contas. O segundo documento que receberam, que é o parecer do revisor oficial de contas, analisa esta vertente da certificação e também uma análise da parte mais legal, relativamente ao processo de prestação de contas e a todas as obrigações e competências da união de freguesias. Portanto, no âmbito desta análise mais legal, e em conclusão deste processo, há aqui um parecer do revisor oficial de contas, de que esta assembleia aprove, quer o relatório de contas, quer a proposta de aplicação dos resultados. Porque, como começamos a ter um resultado, o resultado vai também ser aplicado — claro que, numa entidade como esta, há muitas limitações à aplicação. Basicamente, é ficarem resultados transitados, para a junta

usar no futuro. Mas, tem de se fazer essa formalidade dessa aplicação dos resultados. Não pode ser distribuído aos fregueses. Portanto, há este parecer relativamente a esta questão. Ao dispor para esclarecimentos.

Gabriela Barcelos, PS, cumprimentou todos os presentes. Venho esclarecer a intenção de voto: uma vez que o PS se absteve no plano de atividades e orçamento, vamos abster-nos também no relatório de atividades e contas de 2024, por uma questão de coerência.

Casimiro Calisto, CDU, faço minhas as palavras da Gabriela, pois também tivemos esse voto — abstenção — no plano e no orçamento. Vamos votar em coerência com isso. Existem uns pormenores que são mais relativos ao relatório de atividades. Há aqui algumas atividades — falo a favor da junta — que a Junta não registou: 25 de Abril, houve um teatro que se fez, promoveram e não consta; as atividades da NDMALO; o apoio ao livro com o qual lidei mais diretamente, que foi o livro de poesia de Isabel Saavedra. Houve, até, uma reunião com o comissário Leitão, por causa da segurança, que também não consta lá. Em relação à NDMALO, da qual faço parte, houve uma série de ajudas e de promoções de espetáculos e iniciativas nas quais vocês estiveram envolvidos e não registaram, para memória futura, neste documento. Em relação ao Relatório de Atividades, gostaria de levantar uma questão para perceber se há alguma discrepância ou se é o meu entendimento que poderá estar incorreto. Na página 18/19, referente ao Fundo Social de Emergência, são apresentados, de um lado, 644 propostas e 246 agregados, enquanto do outro constam 521 pedidos e 379 agregados. Trata-se de pequenos reparos ou esclarecimentos que gostaríamos de ver esclarecidos. Relativamente às contas, estando já há vários mandatos neste órgão, reconhecemos que, com o atual rigor exigido pelas auditorias — e usando a expressão corrente, com todo este "aperto" — naturalmente não colocamos nada em causa. Sabemos que o tempo é curto, estando a poucos meses de novas eleições. Foi pena, que não se tenha avançado com as remodelações dos edifícios, um tema que tem sido discutido há já bastante tempo. Penso que o dinheiro está bem guardado.

Colocado a votação o ponto quatro:

Favor – 10 (5, AHP; 5, PSD)

Contra – 0

Abstenções – 7 (1, BE; 2, CDU; 4, PS)

Ponto cinco - Apreciação do Inventário dos Bens e Direitos e Obrigações Patrimoniais de 2024;

Casimiro Calisto, CDU, obviamente, não duvidamos da minúcia com que o fizeram. Não temos meios de confrontar nada; acreditamos piamente que quem fez o trabalho, o fez bem.

Ponto seis – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e)

do nº 2 do artigo 9º da lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025;

Maria João Nunes, Secretária da junta, à semelhança dos anos anteriores, o nosso relatório de atividades é muito focado na área social e no apoio sénior. Entretanto, também temos uma intervenção na área cultural e, nesse aspeto, queria destacar um evento: o nosso Concurso de Fado Amador. Já começou, já tivemos uma iniciativa e vamos continuar até ao mês de julho, como sempre, nas diversas associações. Estão todos convidados a assistir às eliminatórias e, se cantarem bem, também podem participar e concorrer. Entretanto, vamos começar, como sempre, com a nossa grande atividade que mobiliza centenas de pessoas: as rusgas. Estão todos convidados a participar. É uma altura de muita alegria nesta freguesia, onde toda a gente anda para o mesmo lado — muito engraçado, agradável e uma forma diferente de estar com a população.

Joana Cruz, BE, vendo a Informação da Presidente e, tendo acesso aos últimos anos da mesma, também, quero agradecer o empenho com que tem feito esta tarefa. A Sofia tem conseguido ser uma figura consensual aqui dentro, o que se deve, sem dúvida, ao seu verdadeiro interesse pelos problemas de todas e todos — mesmo que, por vezes, tenha um olhar diferente do meu em certos aspetos, efetivamente, não há dúvidas, há gente boa, em todo o lado, inclusive, nessa bancada. Sobre as residências partilhadas: que é uma novidade na nossa freguesia, queria saber mais, fiquei extremamente contente de ver isso, sei que é uma coisa que está a acontecer no município e duas perguntas nesse sentido, como é que foi decidido que só teremos uma residência partilhada e como escolhemos as pessoas, como foi esse processo, gostava, de saber um bocadinho mais, da vossa parte.

Ana Paula Diniz, Assistente Social da Junta, cumprimentou todos os presentes. Uma residência partilhada é uma habitação social, localizada num bairro social, cedida pela Domus Social. Em Lordelo do Ouro e Massarelos, só existe uma até ao momento. É um processo muito difícil. Se nós, quando vamos partilhar casa, já sabemos os problemas que isso acarreta, juntar três pessoas numa habitação é, como todos podemos calcular, um processo ainda mais complexo. Esta residência teve um percurso. A habitação é inicialmente cedida pela Domus Social, a Junta faz a gestão e mantém uma parceria com a Casa de Lordelo. Esta, por sua vez, assegura os serviços de apoio domiciliário às pessoas que lá residem. Os destinatários são pessoas com mais de 65 anos. No entanto, se visitarem o site ou a página de Facebook da Junta, perceberão que há uma pessoa que não tem essa idade. Trata-se de uma residência partilhada feminina, embora pudesse ser masculina. Foram realizadas entrevistas a, seguramente, mais de 25 candidatos. Inicialmente, pensámos numa residência masculina, mas os candidatos não demonstraram interesse. Optámos então por uma feminina, passando por muitos altos e baixos. Depois de selecionarmos as três senhoras (a habitação é de tipologia T3), ainda houve desistências e recuos. Como em tudo, foi um processo com avanços e retrocessos. O regulamento foi aprovado em sede de reunião do executivo. As três candidatas apresentaram pedido de habitação, ou seja, estão em lista de espera para a atribuição de uma casa — o que não era condição obrigatória para integrarem a residência partilhada. Aliás, passaram por este processo muitas pessoas. A Domus Social cedeu uma lista. Por exemplo, uma pessoa que esteja em 15.º lugar na lista, pressupõe um tempo de espera de cerca de um ano e meio a dois anos. Não perde esse lugar na lista, nem a oportunidade de vir a ter uma habitação própria, onde possa ser inquilina. Quando chegar ao 1.º lugar, poderá escolher entre continuar na residência partilhada ou aceitar a tipologia

T1 que lhes foi atribuída. Nessa altura, poderão decidir. No que diz respeito à residência partilhada, as três senhoras que lá estão não pagam renda. Partilham as despesas de água e luz, e pagam uma contribuição (calculada com base nos seus rendimentos) à Casa de Lordelo pelos serviços de refeição (de segunda-feira a domingo), higiene habitacional e lavandaria. Estas três senhoras têm trajetórias de vida bastante difíceis. Uma delas teve como última residência o albergue. Outra, que viveu muitos anos na nossa freguesia, acabou por se mudar para o Bonfim, onde esteve durante muitos anos em pensões, em condições extremamente precárias. Fomos buscá-la porque nunca deixou de visitar a freguesia — vinha cá todos os dias. A terceira senhora cuidava de um idoso que acabou por falecer. Após o falecimento, a família do idoso pediu-lhe que saísse da habitação, onde trabalhava como empregada interna. Portanto, todas têm percursos de vida marcados por dificuldades. Agora, estão na fase de usufruir do seu espaço. Cada uma tem o seu quarto (sendo que, no caso das que quiseram, a Junta equipou os quartos; uma delas não tinha mobiliário e foi a Junta que participou na totalidade) e partilham os espaços comuns: sala, casa de banho e cozinha.

Ponto sete – Nomeação de Representante da Assembleia de Freguesia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Ocidental ;

Colocado a votação o ponto sete:

Favor – 16 (5, AHP; 5, PSD; 4 PS; 2, CDU)

Contra – 0

Abstenções – 1 (1, BE)

Ponto oito – Protocolo de Cedência de Espaço à ANAFRE ;

Sofia Maia, Presidente da Junta, cumprimentou todos os presentes. Antes de mais, e de apresentar esta proposta, pedindo a vossa compreensão, desde já agradeço por estas duas propostas terem sido incluídas hoje, mas foi pura e simplesmente uma, porque nos foi solicitada anteontem pela câmara, e a outra — do pedido da ANAFRE — só hoje o nosso advogado nos conseguiu fazer chegar um protocolo, do qual peço-vos a compreensão, porque, como viram, isso ainda é uma minuta, mas, como é lógico, se for aprovado, irei fazer chegar tudo direitinho a esta assembleia de freguesia. Antes de falar no pormenor da ANAFRE, queria só dizer que, em relação às obras, se tudo correr bem e se nada acontecer, só lá para o meio de outubro é que deixará de me ver por aqui, por isso, até lá ainda estarei aqui como Presidente, caso não haja nenhuma situação agreste, complicada ou pessoal. Isto para dizer que, em relação aos ringues, ainda ontem os meus colegas estiveram lá, na Associação dos Moradores do Campo Alegre, e, na próxima semana, salvo erro — eles estão ali para me confirmar, Miguel e Luís — penso que irá começar a obra do ringue da associação de moradores do Campo Alegre. Por isso, essa obra estará pronta daqui a um mês ou dois, falando em programações normais de obras, que é sempre um pouco complexo. De seguida, irão também para o ringue de Pinheiro Torres, ou seja, em relação aos ringues, tudo estamos a fazer, todos os esforços possíveis e impossíveis com os empreiteiros, para que, até julho, estejam os dois ringues prontos a serem inaugurados e utilizados, principalmente. Em relação às obras de Massarelos, também lhe quero dizer que, em maio, irão começar, o que quer dizer que também penso que, em julho ou agosto, iremos inaugurar, ou seja, irei passar

alguns meses a cortar fitas, como é normal e também me fica bem ao final de tantos anos, também mereço. Em relação às obras de Lordelo do Ouro, irão começar em junho, tudo a correr bem. Só para lhe dizer, Sr. Casimiro, que, em princípio, não irá ficar todo este dinheiro aqui, mas será usado para fatos bem melhores, mas penso que irá ficar ainda um bom saldo para quem vier a seguir. É algo, conforme disse já numa assembleia, no qual, infelizmente, no ano passado, não tive as melhores condições psicológicas para andarmos com isto, nem logística, e que, este ano, todos estamos a fazer um esforço acrescido para que possamos inaugurar estas obras, que tanta falta fazem, inclusive aqui, com a instalação de um elevador e em Lordelo, para dar dignidade àquela junta que, infelizmente, não a tem de há muitos anos; acho que, realmente, faz muita falta. Em relação às residências partilhadas, conforme já foi dito, Joana, é um trabalho muito bonito em que nós, executivo e as nossas assistentes sociais, realmente colocamos tudo, não só material como emocional. É difícil gerir; vamos inclusive pedir uma residência masculina, embora, como é lógico, neste momento, neste timing, seja tudo um bocadinho complexo para fazermos algo, porque mesmo nós, se reparar, estamos com algum cuidado, se reparar na nossa página de Facebook, porque agora é muito complexo. Através da CNE, como sabe, ainda há pouco tempo, um colega meu do Porto pagou uma multa de 15.000,00€. Iremos tentar fazer as coisas, mas há momentos em que temos de ter alguma atenção, mas, como é lógico, como costume dizer, a Junta não pode parar, a vida dos fregueses não pode parar. Não quero deixar de lhe agradecer as palavras que me endereçou, é muito interessante e um orgulho enorme ouvir isso da sua parte. Realmente, é verdade, existem pessoas boas em todo lado. Acho que há uma grande diferença entre a política autárquica e a política governamental. Pelas autarquias, sou defensora que devíamos mudar o sistema, porque há excelentes pessoas que estão no partido e não são eleitas — posso falar aqui, com a maior abertura possível, do partido comunista; tenho dito em várias situações, inclusive em sede da ANAFRE, que acho que são dos melhores autarcas que conheço pelo país, no sentido de freguesias. Não concordo em muitas situações, no sentido de alguns ideais, mas acho que, a nível de freguesias, eles têm uma dedicação muito grande. Deixo isto aqui porque é público e verdade; não escondo isso. Por isso, acho que, essencialmente, não só eu, como os executivos que aqui estiveram e as próprias assembleias de freguesia também, é importante frisar isto, até o Sr. Presidente desta Assembleia de Freguesia, pela positiva, acho que pode continuar, vem de uma área profissional lindíssima e com muita dignidade e, realmente, foi uma verdadeira boa surpresa, e poderá continuar na política porque será um bom Secretário de Estado da Saúde, quem sabe. Acho que esta assembleia é muito específica, para já, porque penso eu que deve ser a assembleia que tem pontos mais complexos ou exigentes, melhor dizendo, para uma junta de freguesia. Tudo a correr bem, na próxima assembleia, em junho, só temos a informação da presidente e, em setembro, é algo que temos de conversar entre todos, se faremos ou não. Digo isto porque, às vezes, há um consenso entre bancadas e, para não se fazer em plena campanha eleitoral, passa-se para outubro. Mas isso ainda temos tempo; o que interessa é fazer, e ainda faremos mais duas, com certeza. Em conclusão, acho que todos contribuíram — lógico que, para mim, é um orgulho ter as aprovações que aqui tenho, por unanimidade ou sem votos contra — para que pensássemos todos na freguesia e não nas situações partidárias. Sempre aceitei tudo o que vinha da direita, esquerda, centro-direita, porque, para mim, realmente, a prioridade são os fregueses. São 16 anos, claro que sim, é um momento; também acho que tudo tem o seu timing, mesmo a nível pessoal, mas claro que continuarei atenta a esta freguesia e um muito obrigada pela vossa colaboração a todas as bancadas. Relativamente à ANAFRE, nem queria muito ser eu aqui a vir falar disto, mas, como os meus colegas não estão tão dentro do assunto (quer dizer, estão dentro do assunto,

porque aprovaram a proposta), e como isto chegou há pouco, através do advogado, isto porque faço parte (como toda a gente sabe) do conselho diretivo da ANAFRE, quero, inclusive, deixar aqui a ressalva que não votei na reunião de executivo neste assunto. Acho que a ANAFRE é uma associação muito importante; tenho pena que as 3.081 freguesias não sejam associadas, conforme acontece na associação nacional dos municípios, que, infelizmente, espero que quem venha a seguir modifique isto. O Porto é o único concelho que não está na associação nacional dos municípios e, quem quer que seja o presidente da câmara que venha em outubro, volte à associação nacional dos municípios. É algo que o Dr. Rui Moreira sabe que não concordei com ele, mas respeito e é ele que manda no município do Porto. A associação nacional dos municípios é muito importante e, às vezes, é prejudicial quando um concelho não está, porque há que trabalhar num todo, quando se fala do país. Assim como as freguesias, porque depois acaba por haver uma discrepância: quem é sócio tem umas vantagens e quem não é tem umas desvantagens. Sou uma grande defensora das freguesias, sei que há aqui algumas pessoas que não são a favor das freguesias ou, pelo menos, a parte dos seus partidos não concordam com as freguesias, com quem já tive alguns debates, mas, aqui, sempre tive o maior apoio de qualquer partido, mesmo não concordando com as freguesias. As freguesias são importantíssimas — é lógico que, às vezes, sentimo-nos um pouco injustiçados porque os próprios candidatos às câmaras só se lembram das freguesias quando é a altura da campanha e depois, às vezes, esquecem-se um bocadinho de nós. Um presidente de junta é uma pessoa importantíssima numa freguesia. Realmente, somos nós que estamos 24 sobre 24 horas, com todo o respeito, é óbvio que os membros do executivo e da assembleia também, mas, como é lógico, para isso é que somos os cabeças de lista e presidentes de junta — é a nós que vêm. Como ainda estive no fim de semana do Lago do Curso Silva Monteiro, nas Condominhas, etc., que estamos na linha da frente, na proximidade. Cada um tem o seu perfil e o meu, como sabem, é muito para o social e para quem precisa da freguesia. Se me disserem que, realmente, há algumas áreas sociais, e ainda bem, que não têm tanta proximidade com a junta de freguesia, é normal. Nós vamos aos sítios que precisamos; quem não pode, vai ao centro de saúde; quem pode, vai ao hospital privado. Mas, acima de tudo, acho que as freguesias fazem um papel fundamental; alguns governantes deveriam passar um dia nas juntas de freguesia como estas para perceberem a quantidade de situações que tratamos. Para não falar no associativismo, fiquei muito contente; acho que é muito importante o fundo de associativismo e orçamento colaborativo desta freguesia. Foi o que correu melhor nestes anos, foi o único que não teve problemas, foi o único que não teve reclamações e foi muito justo. Deram voz e prioridade, o nosso júri — que agradeço, foram pessoas excecionais — sempre à nossa freguesia e a quem faz pelos nossos fregueses. Este tipo de programas tem de ser para quem faz pelos nossos. Uma coisa é o município, outra coisa é a freguesia. Como sabem, sempre coloquei à frente a nossa freguesia, até com alguns dissabores com a Câmara Municipal do Porto, mas, se continuasse, continuaria assim, com esta minha postura, que acho que é para isso que estou eleita pelas pessoas. Em relação ao que vos trago aqui, conforme disse, a associação nacional de freguesias tem sede em Lisboa e 18 distritais, da qual também a distrital do Porto. O Sr. Coordenador veio aqui conhecer as instalações, fez-me esse desafio. Conforme vos disse, foi com muito orgulho que o recebi, para mim, que tão apaixonada sou pela ANAFRE, com tudo o que se faz, mesmo com todas as situações menos positivas, ou menos bem. Do qual podemos ter um contato e espaço privilegiado. A sala a ocupar será, precisamente, a sala por cima do salão nobre de Massarelos; era uma sala que há cerca de 20 anos era do ATL que, infelizmente, já nunca mais poderá voltar para as freguesias, porque, pela lei, estamos proibidos de ter equipamentos sociais, a não ser que haja um governo —

ATAS

também deixo aqui o apelo — que reverta essa lei. Acho que era muito importante, porque nunca mais os ATLS, centros de dia, centros de convívio e creches estiveram como estavam nas juntas de freguesia. As juntas de freguesia tinham um papel muito interessante e deixo este desafio: quem puder falar com os seus partidos, porque era excelente para as crianças e jovens as juntas voltarem a ter estes equipamentos sociais. A ANAFRE ocuparia a sala e ficaria responsável por todas as obras de adaptação que fossem necessárias, o que para nós é uma mais-valia, pois sabem que este edifício já teve obras, mas ainda precisa de mais. Pagariam um valor de 150,00€ mensais. Usariam este espaço, desde que também devidamente pedido, para alguma formação. E teríamos, não podemos negar, um contato privilegiado, porque a ANAFRE tem todos os dias, nas suas delegações, os seus juristas e funcionários. Era com muito orgulho que eu via ter aqui as instalações da distrital desta associação nacional das freguesias. Peço que vejam este protocolo como uma minuta; fico com a incumbência de, se isto for aprovado, enviar o protocolo com os dados todos preenchidos.

Colocado a votação o ponto oito:

Aprovado por unanimidade.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Presidente da Mesa, Francisco Pavão

1º secretário, Virgínia Pinheiro

2º secretário, Gonçalo Lages

